



## **22 DE FEVEREIRO DE 2018**

### **Quinta-feira**

- PIB BRASILEIRO CRESCOU 1% EM 2017
- VOLVO CONTRATA MAIS 250 FUNCIONÁRIOS E PREVÊ CRESCIMENTO DE 30% DO SETOR NESTE ANO
- COM DIFUSÃO DA RETOMADA ECONÔMICA, VOLVO ESPERA ALTA DE 30% DO MERCADO
- VENDAS DE CARROS SEMINOVOS E USADOS CRESCEM 5% NO PARANÁ
- FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS NOVOS CRESCEM 20,4% EM JANEIRO, DIZ B3
- BOSCH CRIA DIVISÃO DE NOVOS SERVIÇOS DE MOBILIDADE
- MOOVIT E MOBILEYE VÃO TRABALHAR JUNTAS EM SOLUÇÕES DE MOBILIDADE
- VW E HYUNDAI COOPERAM COM AURORA INNOVATIONS POR CARRO AUTÔNOMO
- CEO DA UBER DIZ QUE SERVIÇO DE 'CARRO VOADOR' DEVE COMEÇAR EM ATÉ 10 ANOS
- GM MOSTRA INVESTIMENTO REQUENTADO EM SÃO CAETANO
- CHEFE DA FORD NOS EUA DEIXA EMPRESA POR COMPORTAMENTO INADEQUADO
- GASOLINA PESA E INFLAÇÃO DE FAMÍLIAS RICAS SOBE MAIS QUE NA BAIXA RENDA
- PRODUTIVIDADE É PREJUDICADA SEM REFORMA DA PREVIDÊNCIA, DIZ SECRETÁRIO
- CONGRESSO INVESTE EM PAUTAS SOBRE MICROECONOMIA E SEGURANÇA PÚBLICA
- AUSÊNCIA DE LINHAS ESPECÍFICAS LIMITARÁ CRÉDITO DIRECIONADO
- BANCOS VOLTAM A DAR CRÉDITO A PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, MESMO COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA ALTA

- SENADO APROVA PROJETO PARA SIMPLIFICAR EMISSÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
- COMISSÃO APROVA MP QUE PRORROGA PRAZO PARA ADESÃO A REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS RURAIS
- VAREJO E PRIVATE SOMAM R\$ 2,66 TRILHÕES EM 2017, REVELA ANBIMA
- MARUN: GOVERNO RECONHECE QUE PAUTA É DECISÃO DOS PRESIDENTES DO SENADO E CÂMARA
- MAIA DIZ QUE CÂMARA VOTARÁ REONERAÇÃO DA FOLHA NA PRÓXIMA SEMANA OU NA SEGUINTE
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO ESTÁ SEPULTADA, MAS SUSPENSA, DIZ MEIRELLES
- PARA ECONOMISTAS, 'DUPLO MANDATO' DO BC É RETROCESSO
- BRASIL TEM 117 MIL MILIONÁRIOS, COM R\$ 964 BILHÕES APLICADOS, DIZ ANBIMA
- RENDA DOS MAIS RICOS CRESCER ACIMA DA INFLAÇÃO DURANTE A CRISE
- DESONERAÇÃO PERMANECE PARA DEZ SETORES
- INSS TEM NOVO SIMULADOR DE APOSENTADORIA
- BOVESPA SOBE E BATE RECORDE DE FECHAMENTO PELO 2º DIA SEGUIDO
- LUCRO DO BANCO DO BRASIL CRESCER 37% EM 2017 E ATINGE R\$ 11 BILHÕES
- GLENCORE FESTEJA RESULTADO ANUAL MAIS FORTE APÓS ALTA NAS COMMODITIES
- PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇO BRUTO SOMA 2,9 MILHÕES DE TONELADAS EM JANEIRO DE 2018, DIZ IABR
- DEPOIS DE TRÊS ANOS, USIMINAS VOLTA A PAGAR DIVIDENDOS
- PRODUÇÃO SIDERÚRGICA BRASILEIRA TEM EXPANSÃO EM JANEIRO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 22/02/2018</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,255	3,256
<b>Euro</b>	4,011	4,012

**Fonte: BACEN**

## **PIB brasileiro cresceu 1% em 2017**

22/02/2018 – Fonte: Bem Paraná



O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, cresceu 1% em 2017 e atingiu o valor de R\$ 6,51 trilhões, segundo o Monitor do PIB da Fundação Getulio Vargas (FGV). O indicador, divulgado nesta quarta (21), não é um dado oficial, já que o PIB é calculado oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e será divulgado no dia 1º de março.

Segundo a FGV, o indicador cresceu depois de dois anos de retração, com resultados positivos na agropecuária (12,8%), indústria (0,1%) e no setor de serviços (0,3%). Entre os segmentos da indústria, a principal alta ficou com a extrativa mineral (4,5%). A construção teve a única queda dentro da indústria (-5%).

Entre os segmentos dos serviços, o destaque ficou com o comércio (1,8%). Também cresceram os grupos de transportes (1,1%), imobiliários (1%) e outros serviços (0,7%). Tiveram queda os serviços de informação (-1,7%), intermediação financeira (-1,6%) e administração pública (-0,6%).

Sob a ótica da demanda, o consumo das famílias, com alta de 1,1%, e as exportações, com avanço de 6%, foram os responsáveis pelo crescimento da economia brasileira. Os investimentos tiveram queda de 1,9% e o consumo do governo recuou 0,5%. As importações cresceram 4,9%.

### **Último trimestre**

No quarto trimestre do ano, o PIB cresceu 2,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, com altas de 5,1% na agropecuária, 3,1% na indústria e 1,9% nos serviços. Sob a ótica da demanda, foram registrados crescimentos de 3% no consumo das famílias, 3,5% nos investimentos e 12,4% nas exportações. O consumo do governo manteve-se estável.

## **Volvo contrata mais 250 funcionários e prevê crescimento de 30% do setor neste ano**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR



Foto: Arquivo

Depois de uma crise que derrubou a venda de caminhões semipesados e pesados e de ônibus ao nível mais baixo registrado pelo setor desde o início dos anos 2010, a Volvo começa a enxergar a retomada da economia e volta a investir na sua fábrica no Brasil, localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A empresa contratou 250

funcionários entre o fim do ano passado e o início de 2018, abriu o segundo turno para produzir caminhões e já está exportando 75% da produção de chassis de ônibus. Além disso, a companhia mantém o investimento iniciado no ano passado de R\$ 1 bilhão na América Latina até 2019, a maior parte dos recursos sendo utilizada para manter e atualizar a planta industrial e o restante para investir em novas tecnologias e ampliar a rede de concessionárias.

O presidente do grupo Volvo América Latina, Wilson Lirmann, afirma que o último trimestre de 2017 marcou o início da retomada para o setor de caminhões pesados e semipesados no Brasil, o principal segmento para a montadora e o principal mercado na América Latina. A empresa espera que o setor de caminhões no Brasil cresça 30% em 2018.

“Nós vivemos um momento de otimismo, pois rompemos a sequência negativa da crise, com o controle da inflação, a redução da taxa de juros, a agricultura que continua muito forte, com safra recorde em 2017, a retomada de confiança dos empresários e do consumidor e, inclusive, a retomada da indústria”, afirma Lirmann. Ele lamentou, porém, a falta de uma reforma fiscal e previdenciária: “Todos os sinais de uma recuperação cíclica estão postos, mas não podemos contar só com uma recuperação cíclica, precisamos melhorar o cenário macroeconômico como um todo, com as reformas”.

Apesar do crescimento no ano passado e da perspectiva de aumentar o nível em 2018, os níveis de produção e venda ainda estão baixos em comparação ao auge do setor.

O último recorde da Volvo aconteceu em 2011, quando a montadora vendeu 26 mil caminhões. No ano passado, o número foi de 10.366 unidades, comercializando 55% da produção no Brasil e o restante nos demais países latino-americanos, com destaque para Chile, Argentina e Peru, onde a montadora é líder em vendas. Uma consequência disso é que fábrica na CIC opera, atualmente, com um terço da capacidade produtiva.

### **Segundo turno e contratações**

Mas, apesar de ainda estar distante do volume de entregas de 2011, a Volvo enxerga uma melhora gradual do setor e mantém o investimento de R\$ 1 bilhão para a América Latina até 2019.

A montadora também retomou o segundo turno de produção de caminhões em fevereiro deste ano na fábrica em Curitiba, que produz caminhões, chassis de ônibus e motores, e contratou 250 novos funcionários entre o fim de 2017 e o início de 2018, grande parte para a linha de produção. Atualmente, são 3,4 mil pessoas.

As novidades chegam depois de dois anos marcados por demissões e fábrica funcionando em apenas um turno. A partir do auge da crise, em meados de 2015, a empresa reduziu em 20% a produção da sua fábrica, ficou operando em apenas um turno e demitiu centenas de funcionários, muitos aderindo ao Programa de Demissão Voluntária (PDV).

### **Mais uma retomada**

Na área de ônibus, a Volvo também enxerga uma retomada para o setor, tanto para transporte público quanto rodoviário. A empresa espera participar de novas licitações para BRT, como em São Paulo, Manaus e Santiago, e participar da renovação da frota dos operadores de transporte rodoviário.

Em março, a empresa entrega 25 novos biarticulados para a cidade de Curitiba. No ano passado, vendeu 1.055 chassis de ônibus, exportando 75% do total, número recorde para a montadora. Em 2013, por exemplo, esse valor era de 38%.

## Com difusão da retomada econômica, Volvo espera alta de 30% do mercado

22/02/2018 – Fonte: DCI

Além do agronegócio, indústria apresenta recuperação, o que deve impulsionar as vendas neste ano, motivo pelo qual a empresa contratou 250 funcionários temporários até o fim de 2018



Fábrica da Volvo em Curitiba (PR) reativou o segundo turno em fevereiro em meio às novas contratações

A expectativa de difusão do crescimento econômico para além do agronegócio deve impulsionar a demanda por caminhões em 2018, projetam executivos da Volvo. A montadora estima um aumento de 30% das vendas do mercado brasileiro neste ano.

De acordo com o diretor comercial de caminhões da Volvo no Brasil, Bernardo Fedalto Jr., nos últimos dois anos a busca no segmento se concentrou no agronegócio, que foi o setor que melhor enfrentou a recessão de 2015 e 2016.

“O agronegócio se manteve e continua bom, mas o desempenho da indústria está positivo agora. A recuperação da economia melhorou o quadro para segmentos além do agro. A necessidade de transporte dos outros segmentos, até com aumento do consumo pelas famílias – já que o desemprego está caindo – indicam um avanço nos transportes”, afirma o executivo.

Para o presidente do grupo Volvo na América Latina, Wilson Lirmann, colabora para uma visão mais otimista o cenário macroeconômico, visto que a inflação está sob controle, os juros estão em queda com a Selic em seu menor patamar histórico (aos 6,75% ao ano), a agricultura aponta para mais um ano forte, a confiança dos empresários foi retomada e a indústria se recupera a após um longo período de contração.

Uma das expectativas para 2018 é a reversão do quadro negativo no segmento de semipesados no ano passado. Enquanto os caminhões pesados tiveram uma expansão de 23,4% no período, os semipesados registraram queda de 6,5%. Bernardo Fedalto atribui esse desempenho negativo às condições da economia e à busca por um equilíbrio entre volume e rentabilidade.

“O segmento [de semipesados] ainda não se recuperou e é onde ocorre muita competição entre as marcas”, explica.

De acordo com Lirmann, ambas as categorias devem ter um avanço em linha com os 30% projetados para o total do mercado neste ano.

Diante do crescimento projetado para o mercado, a Volvo – que possui 26,9% de participação no segmento de caminhões pesados – contratou 250 funcionários em caráter temporário. Foram 100 no fim de 2017 e mais 150 no início de 2018. Além disso, em fevereiro, a empresa reativou o segundo turno da sua fábrica de caminhões localizada no Paraná.

“As contratações são na área de produção. Queremos produzir 44 mil ou 45 mil unidades neste ano. Por enquanto, as contratações são temporárias e vão até o fim do ano, mas esperamos que esses funcionários permaneçam após este período”, estima o presidente do grupo. A Volvo possui 3.400 empregados no Brasil hoje, após dispensar 20% da sua força de trabalho na crise.

Executivos ressaltaram que a empresa possui um plano de investimentos de R\$ 1 bilhão na produção entre 2017 e 2019, dos quais aproximadamente um terço já foi realizado. “A maior parte desse valor é no Brasil, mas também há alguns ativos no Chile para os quais serão destinados esses recursos”, conta.

A montadora destacou ainda o aumento de 27,6% nas exportações em 2017, de modo que 55% dos caminhões produzidos no Brasil foram destinados ao consumidor doméstico, ao passo que 45% foram exportados para os demais países da América Latina. Os executivos esperam ter uma performance forte este ano também neste segmento.

### **Ônibus**

No mercado de ônibus, foram especialmente importantes para a Volvo as exportações, que já alcançam 75% do total dos negócios. O destaque ficou com a renovação de frotas no Panamá e na Guatemala.

O presidente da Volvo Buses América Latina, Fabiano Todeschini, ressaltou que a empresa possui três mil ônibus do tipo BRT (Bus Rapid Transit) em Bogotá, na Colômbia.

No Brasil, as expectativas ficam por conta da necessidade de renovação da frota rodoviária, aumento do mercado de turismo, retomada de projetos de BRT em cidades como Florianópolis (SC) e Manaus (AM) e a licitação em São Paulo, que ocorrerá em abril. Além disso, em março a Volvo entregará 25 biarticulados que foram comprados para Curitiba (PR). “Devemos crescer entre 10% e 15%”, projeta o executivo.

## **Vendas de carros seminovos e usados crescem 5% no Paraná**

22/02/2018 – Fonte: Bem Paraná

### ***Em janeiro deste ano, foram comercializados quase 85 mil veículos do tipo no Estado***



Comércio de veículos é um dos setores que mostra reação robusta (foto: Franklin de Freitas)

As vendas do setor de veículos seminovos e usados registraram uma alta de 5% no primeiro mês do ano, em relação ao mesmo mês de 2017, segundo dados da Associação dos Revendedores de Veículos Automotores no Estado do Paraná (Assovepar). Já em relação a dezembro de 2017, a alta foi de 6%. Para a Assovepar, o crescimento confirma que o mercado começa a se recuperar.

No mês de janeiro de 2018 foram comercializados 84.980 veículos contra 80.182 em janeiro de 2017, nas categorias automóveis e comerciais leves. Já em dezembro de 2017 foram vendidos 79.603. “Com a volta da confiança do consumidor e a retomada do crescimento, as expectativas para o comércio de veículos seminovos e usados não



poderiam ser melhores. Se continuar neste ritmo, teremos um 2018 muito favorável”, diz o presidente da Assovepar, Cesar Lançoni dos Santos. A venda de veículos novos no País também tem alta, até mais significativa. Segundo a Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores (Fenabreve), janeiro de 2018 vendeu 23% mais que janeiro de 2017.

### **Financiamentos de veículos novos crescem 20,4% em janeiro, diz B3**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O número de veículos zero quilômetro que foram comprados por meio de financiamento somou 170,9 mil unidades em janeiro, crescimento de 20,4% em relação a igual mês do ano passado. O volume, no entanto, se comparado a dezembro, apresenta queda de 8,9%. Os dados consideram automóveis, comerciais leves, motos, caminhões e ônibus.

Os números foram divulgados pela B3, empresa resultante da fusão ocorrida em no primeiro semestre de 2017 entre BM&FBovespa e Cetip. Com isso, o levantamento de financiamentos de veículos, que antes era feito pela Cetip com os dados de todas as instituições financeiras, passou a ser de responsabilidade da B3.

Os resultados de janeiro mostram também que, somente entre os automóveis e comerciais leves, os financiamentos cresceram 24,4% em relação a igual mês do ano passado, para 98,7 mil unidades. Na comparação com dezembro, houve retração de 11,4%.

Entre os veículos pesados, que somam caminhões e ônibus, as vendas financiadas atingiram 4,7 mil unidades em janeiro, alta de 60,2% ante igual mês de 2017, mas baixa de 34,8% sobre o desempenho de dezembro.

No caso das motocicletas, segmento mais dependente do crédito, os financiamentos chegaram a 51,6 mil unidades em janeiro, desempenho igual ao de dezembro de 2017, mas 10,2% superior ao de janeiro passado.

### **Bosch cria divisão de novos serviços de mobilidade**

22/02/2018 – Fonte: Automotive Business

#### **Com time de 600 profissionais, área nasce com a compra da startup de viagens compartilhadas Splitting Fares**

De olho em novos modelos de negócio e na transformação da indústria de transportes, a **Bosch** anunciou na quarta-feira, 21, a criação de uma nova divisão, a **Connected Mobility Solutions**, que terá como foco as novas tecnologias de mobilidade. Com a área, que terá 600 colaboradores globalmente, a empresa pretende trabalhar serviços como car sharing, com plataformas de transportes e com a oferta de conectividade.

A nova divisão nasce com o investimento da Bosch na compra da Splitting Fares, startup norte-americana de compartilhamento de viagens que conecta passageiros e motoristas com destinos parecidos e conta com 140 mil usuários.

Estimativa da PwC aponta que o mercado de mobilidade e serviços digitais deve chegar a US\$ 172,8 bilhões nos próximos quatro anos. Com esse panorama, a Bosch espera que a oferta de serviços de conectividade possa assumir a posição de maior fonte de lucros da companhia em futuro próximo.

Com o anúncio da nova divisão, a maior fornecedora da indústria automotiva tende a se tornar também concorrente de suas clientes, as montadoras, que também estão colocando foco na oferta de serviços de mobilidade.

A novidade da Bosch é mais uma iniciativa da companhia para manter a relevância no setor de transportes diante da iminente transformação que deve ser provocada pela chegada dos carros autônomos.

O caminho é o mesmo adotado por outras sistemistas, como ZF, que firmou uma série de parcerias recentes com empresas de tecnologia, a BorgWarner, que aportou US\$ 10 milhões em um fundo de investimento do Vale do Silício e pela Delphi, que dividiu seus negócios com a criação da Aptiv, empresa focada em soluções de mobilidade.

## **Moovit e Mobileye vão trabalhar juntas em soluções de mobilidade**

22/02/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Plataforma de transportes levantou US\$ 50 milhões e pretende chegar a 1 bilhão de usuários até 2021**

A **Moovit** vai trabalhar em colaboração com a **Mobileye** em busca de sinergias e de soluções para o futuro da mobilidade urbana. As companhias não detalharam em quais soluções devem focar, mas o acordo tem potencial para incrementar o banco de dados da Moovit, plataforma de deslocamentos que já se posiciona como o maior depósito global de informações do transporte público, com 120 milhões de usuários em 2 mil cidades de 80 países.

A já competitiva base de dados da companhia pode ganhar reforço importante com as informações que a Mobileye deve acumular no futuro. A empresa é especializada em sensores Lidar, tecnologia essencial para tornar viável os carros autônomos e poderá acrescentar à plataforma Moovit dados em tempo real das vias e do trânsito, por exemplo.

### **VICE-PRESIDENTE DA INTEL ASSUME POSIÇÃO NA MOOVIT**

A aproximação das duas companhias de origem israelense foi mediada pela Intel, que detém o controle acionário da Mobileye e acaba de liderar a captação de US\$ 50 milhões que a Moovit fez no mercado para financiar os seus próximos passos. O movimento financeiro atraiu, além da empresa de chips, outros fundos que já tinham participado das rodadas anteriores da empresa: Sequoia, BMW iVentures, NGP, Sound Ventures, BRM, Gemini, Vaizra, Vintage e Hanaco.

Além de investir na startup, a Intel vai colocar Amnon Shashua, seu vice-presidente e ainda CEO da Mobileye, no conselho de administração da Moovit, como observador. Com a rodada atual, a injeção de capital já feita na startup chega a US\$ 133 milhões.

A empresa pretende usar os investimentos para aprimorar produtos, expandir globalmente o time de vendas e elevar o número de usuários. Hoje a startup tem duas soluções principais. A primeira é um aplicativo para que as pessoas tracem rotas usando o transporte disponível em cada cidade, como ônibus, metrô e Uber, por exemplo.

A segunda solução é a Smart Transit Suite, plataforma que reúne os dados de deslocamentos das cidades e que pode ser usada por municípios e operadores de transporte para gerenciar suas redes. Ao se aproximar da empresa, a Intel pretende garantir posição de liderança na transformação da mobilidade urbana.

"Com investimentos significativos em automação veicular, plataformas de gerenciamento de mobilidade e infraestrutura inteligente, a Intel está na vanguarda", apontou Shashua, em comunicado. "Estamos trabalhando com algumas das mais inovadoras empresas de transporte, municípios e autoridades de trânsito para construir tecnologias fundamentais críticas para esta transformação".



22/02/2018 – Fonte: Automotive Business

### **Empresa defende que a tecnologia vai avançar mais rápido se indústria trabalhar de forma colaborativa**

A velocidade com que se desenvolve a tecnologia de condução autônoma tem surpreendido até mesmo os céticos. O recém-divulgado acordo de cooperação da startup americana Aurora Innovations (AI) com Volkswagen e Hyundai é mais um importante movimento nesse sentido.

Fundada há exatamente um ano por dois especialistas - Chris Urmson, ex-chefe da equipe do projeto de carro autônomo do Google, e Sterling Anderson, ex-diretor do Autopilot da Tesla - a AI também conseguiu atrair Drew Bagnell, ex-líder de autonomia do Uber.

A empresa acredita que a condução autônoma poderá se desenvolver muito mais rapidamente em parceria com fabricantes de automóveis. Ou seja: cada um com sua especialidade. A proposta é ganhar tempo e reduzir custos aproveitando a experiência acumulada pelos sócios da startup.

Mas isso não impede quase uma "guerra" no setor. A Tesla entrou com ação judicial contra a AI, logo após esta iniciar atividades em janeiro do ano passado. Alegação foi de que Anderson teria levado dados secretos e aliciado engenheiros do seu programa Autopilot.

Enquanto isso, a AI continuou a avançar e iniciou testes de seu sistema montado num Audi Q7, no segundo semestre de 2017. A proposta é de trabalhar diretamente com os fabricantes, mas por meio de parcerias não exclusivas. Ao que parece, não preocupa Johann Jungwirth, diretor de tecnologia digital do Grupo VW:

"Não é apenas a equipe de fundadores, mas o time que conseguiram contratar e os talentos que estão atraindo. São os melhores do mundo na especialidade. O progresso, em tão curto período de tempo, é simplesmente incrível."

### **EVOLUÇÃO RÁPIDA**

Apesar de o Grupo VW já ter um programa avançado de tecnologia semiautônoma, Jungwirth acredita que a parceria vai acelerar os modelos autônomos da empresa. "Enquanto cuidamos do programa de semiautônomos, acho ótimo ter a equipe da AI trabalhando apenas nos sistemas de nível 4 e 5, porque estes representarão a conquista da autonomia completa", afirmou.

Conforme a SAE – Society of Automotive Engineers, no nível 4 o carro pode controlar totalmente uma viagem dentro de área geográfica específica. No nível 5, a autonomia é completa em todos os lugares, sem necessidade de volante e pedais no veículo.

A parceria com o grupo alemão (maior conglomerado automobilístico do mundo em produção) está atualmente à frente da Hyundai. A startup passou os últimos 12 meses trabalhando com engenheiros da VW, sendo os últimos seis meses integrando softwares e sensores.

Os dois grandes grupos automobilísticos planejam comercializar veículos autônomos com a tecnologia da AI até 2021 e começarão a testar protótipos no final deste ano. O sul-coreano vai aplicá-la em um SUV elétrico com pilha de combustível a hidrogênio, enquanto o alemão ainda não definiu que modelos usará nos protótipos.

## **CEO da Uber diz que serviço de 'carro voador' deve começar em até 10 anos**

22/02/2018 – Fonte: G1

### ***Dara Khosrowshahi discursou durante um fórum de transportes em Tóquio, no Japão.***

O presidente-executivo da Uber, Dara Khosrowshahi, afirmou nesta terça-feira (20) que vê possibilidade de iniciar o serviço de viagens com "carro aéreo" em um prazo de cinco a dez anos.

Khosrowshahi discursou em um fórum de investidores em Tóquio em sua primeira visita à Ásia como presidente-executivo da Uber.

Fabricantes de aplicativos de transporte como a Uber vêem o Japão como um mercado muito lucrativo por ser bastante populoso.

Para começar a operar no país, pressionam os reguladores para afrouxar as regras rigorosas que governam a indústria do táxi.

A empresa americana informou que espera que os veículos voadores eventualmente se tornem um método acessível de transporte em massa.

No ano passado, Uber e a brasileira Embraer fecharam um acordo para desenvolver um protótipo de veículo elétrico capaz de voar.

## **GM mostra investimento requeitado em São Caetano**

22/02/2018 – Fonte: Automotive Business



Para mostrar frutos ainda verdes de menos de 10% do programa de **investimentos** prometido para o Brasil, a **General Motors** reuniu na terça-feira, 20, seus principais executivos, imprensa e autoridades, como o governador de São Paulo e ministro interino da Indústria, em sua mais antiga fábrica no País, em **São Caetano do Sul**, que iniciou operações 88 anos atrás no polo automotivo do ABC Paulista.

Tudo para apresentar o início das obras de modernização e ampliação da planta, que segundo a montadora envolve aporte de R\$ 1,2 bilhão para construir uma nova área de produção e aumentar a capacidade da unidade de 250 mil para mais de 330 mil veículos por ano.

O mesmo investimento já havia sido detalhado por executivos da GM seis meses atrás em Brasília ao mandatário da República (leia [aqui](#)), junto com outros dois aportes: de R\$ 1,9 bilhão na fábrica catarinense de Joinville para produzir novos motores e aumentar a capacidade de 120 mil para 420 mil unidades/ano (leia [aqui](#)) e de R\$ 1,4 bilhão para fazer na gaúcha Gravataí nova família de veículos que substituirá os atuais Onix e Prisma feitos lá (leia [aqui](#)).

Somados, os três projetos anunciados em Gravataí, Joinville e São Caetano são investimentos requeitados de R\$ 4,5 bilhões, equivalentes a apenas um terço do programa de R\$ 13 bilhões anunciado em 2015 pela montadora para cobrir o período 2014-2019, que já era uma extensão de R\$ 6,5 bilhões adicionais aos R\$ 6,5 bilhões prometidos de 2014 a 2016 (leia [aqui](#)). Com o agravamento da crise econômica e

política no País, no início de 2016 o presidente mundial da companhia, Dan Ammann, chegou a dizer que novos investimentos no País estavam ameaçados (leia [aqui](#)), para um ano depois, em março de 2017, dizer que a empresa havia voltado a pensar em investir aqui (leia [aqui](#)).

## **MAIS ANÚNCIO DO QUE DINHEIRO**

Na época do anúncio do programa de R\$ 13 bilhões para o Brasil, os executivos da GM diziam acreditar que o mercado só voltaria a se recuperar em 2017, para voltar a crescer de forma sustentável em 2018 – o que efetivamente está acontecendo até o momento.

Também disseram que a nova família de veículos globais para países emergentes começaria a apresentar seus primeiros produtos a partir de 2019 e os demais viriam um ano e meio depois, até 2020. Portanto, nada de muito diferente do plano original está em curso, mas por tudo que vem sendo detalhado pela empresa, há muito mais dinheiro anunciado do que efetivamente aplicado até agora.

A origem dos recursos para os investimentos no Brasil não foi divulgada, mas parece inverossímil que a empresa tenha caixa próprio para cobrir o montante bilionário anunciado, no momento não há nenhum grande contrato de financiamento com o BNDES (principal financiador do setor no País) e dificilmente virá algum da matriz, hoje mais preocupada em se livrar de subsidiárias deficitárias do que arriscar nelas – nos últimos três anos a GM anunciou a saída da Austrália, Rússia e Venezuela, vendeu à PSA a operação europeia concentrada na Opel e há indícios que pode sair da Coreia do Sul, onde irá fechar uma de suas fábricas que operava com 80% de ociosidade.

Segue sendo um mistério, portanto, como a GM financia os empreendimentos brasileiros.

## **RENASCIMENTO DE SÃO CAETANO**



### **Novo prédio vai abrigar parte da produção da GM no Complexo Industrial de São Caetano**

A empresa informou por meio de comunicado que a modernização e ampliação da fábrica de São Caetano conta com o apoio da Investe São Paulo, agência de promoção de investimentos do Governo do Estado de São Paulo, principalmente na interlocução com a Secretaria da Fazenda para questões tributárias (leia-se incentivos fiscais).

“Os novos investimentos vão transformar o Complexo Industrial de São Caetano do Sul em um dos mais eficientes e avançados da indústria”, prometeu em comunicado Carlos Zarlenga, presidente da GM Mercosul.

A unidade atualmente é a que produz o maior número de modelos Chevrolet: em uma mesma linha são montados o sedã Cobalt, Onix Joy (a versão mais barata do hatch), a minivan Spin e a picape Montana (ainda montada sobre a base do já extinto Agile). Este mês a maior parte dos 9,3 mil empregados da fábrica estão em férias coletivas e a empresa aproveita o período para avançar com as obras.

Assim como acontecerá em Gravataí e Joinville, São Caetano será parte da rede de produção da GM no Brasil que vai receber, a partir de 2019, a nova plataforma global para países emergentes da fabricante, conhecida como GEM, que dará origem a novos motores (1.4 aspirado e turbinado de quatro cilindros e 1.0 de três) e carros: a nova geração de Onix e Prisma a ser produzida no Rio Grande do Sul e, no ABC Paulista, um sedã compacto mais moderno no lugar do Cobalt para competir com Fiat Cronos e VW Virtus, um SUV no lugar da minivan Spin e uma nova picape pequena para substituir a Montana, em tamanho crescido para acompanhar a nova tendência representada atualmente por Renault Oroch e Fiat Toro.

Segundo a GM, para fazer os novos produtos o Complexo de São Caetano do Sul vai receber novas tecnologias de manufatura inteligente (Indústria 4.0), incluindo prensas de última geração, solda a laser, novo sistema de montagem de motor e transmissão, novas injetoras de plástico e novo transportador de veículos na linha de montagem. O novo prédio da área de produção é construído com telhas translúcidas, luzes de LED com regulagem automática de intensidade e ventilação natural.

A GM também destacou a colaboração do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul para viabilizar a transformação da planta. "O suporte do sindicato foi fundamental na tomada de decisão sobre os novos investimentos, que vão colocar a fábrica de São Caetano do Sul em um novo patamar de competitividade", afirma Marcos Munhoz, vice-presidente da GM Mercosul.

### **Chefe da Ford nos EUA deixa empresa por comportamento inadequado**

22/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

#### ***Montadora não disse qual foi o motivo da demissão***



A Ford informou, nesta quarta-feira (21), que o presidente da empresa para América do Norte, Raj Nair, foi demitido depois que uma investigação interna descobriu que seu comportamento era "inconsistente com o código de conduta da empresa".

A Ford não detalhou qual foi o tipo de comportamento do executivo. O afastamento acontece após executivos de alto nível de outras empresas renunciarem ou serem demitidos após acusações de má conduta sexual.

"Tomamos essa decisão depois de uma revisão minuciosa e uma análise cuidadosa", disse o presidente-executivo da Ford, Jim Hackett, em um comunicado. "A Ford está profundamente empenhada em ter uma cultura segura e respeitosa e esperamos que nossos líderes mantenham plenamente esses valores".

O executivo pediu desculpas, mas não detalhou o motivo. "Eu lamento, sinceramente, que não tenha tido comportamentos de liderança consistentes com os princípios que a Companhia e eu sempre defendemos", disse Nair na declaração da Ford.

Um porta-voz da Ford disse que a empresa não comentaria a natureza do comportamento do executivo além do que estava em seu comunicado oficial.

Nair foi nomeado para sua atual posição em maio passado, quando Hackett se tornou CEO. Antes, ele atuou como diretor técnico da Ford.

## **Gasolina pesa e inflação de famílias ricas sobe mais que na baixa renda**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A gasolina se juntou aos planos de saúde em janeiro de 2018 no papel de vilões da inflação das famílias de renda mais alta, informou nesta quarta-feira, 21, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ao divulgar o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda do mês passado. Mais uma vez, a inflação das famílias de baixa renda ficou abaixo da variação de preços dos mais ricos, desta vez, influenciada pela deflação de 4,7% das tarifas de energia elétrica, que compensou a alta sazonal dos alimentos.

“A alta de 2,4% no preço da gasolina e o reajuste de 1,1% dos planos de saúde fizeram com que as contribuições à inflação dos grupos transportes e saúde e cuidados pessoais fossem mais intensas nas parcelas de maior renda, que são o segmento da população que possui veículos próprios e paga assistência médica”, informou o Ipea na sua Carta de Conjuntura.

A inflação das famílias com renda alta registrou variação positiva de 0,36% em janeiro de 2018, acumulando nos últimos 12 meses alta de 3,67%. As famílias de renda muito baixa, no entanto, registraram inflação de 0,23% no mês passado, acumulando em 12 meses alta de 2,09%. Os números são calculados com base nas variações de preços de bens e serviços pesquisados pelo Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor (SNIPC) do IBGE, em janeiro.

“Esse resultado de janeiro corrobora um cenário presente em todo o ano de 2017, pontuado por uma desaceleração que, embora tenha ocorrido de modo generalizado entre todas as classes de renda, foi bem mais intensa nas camadas mais pobres”, afirma na Carta a técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea, Maria Andréia Parente Lameiras.

A alta dos alimentos teve impacto de 0,30 ponto porcentual (p.p.) nas famílias de renda muito baixa, enquanto o mesmo item pesou apenas 0,14 p.p. para as famílias de renda alta. Os gastos com habitação, onde está inserido o custo da energia elétrica, impactaram as famílias de baixa renda em -0,20 p.p., e as famílias de alta renda em -0,07 p.p.. Já o item transporte, que inclui gasolina, subiu 0,15 p.p. para as famílias de renda muito baixa e 0,23 p.p. nas de renda alta.

### **Perspectivas**

De acordo com Maria Andréia, as expectativas de inflação indicam que, ao longo de 2018, as quedas de preço devem perder fôlego. “A perspectiva é de aceleração moderada das taxas de inflação, decorrente, sobretudo, do comportamento menos favorável dos alimentos. Em contrapartida, a elevada ociosidade da capacidade produtiva, a lenta recuperação do mercado de trabalho e a melhora da ancoragem das expectativas devem propiciar uma comportada trajetória de crescimento de preços”, afirmou a técnica do Ipea.

Ela, no entanto, aponta que incertezas do campo político interno e do cenário internacional devem influenciar na consolidação de um ambiente confortável para a inflação em 2018.

“A dificuldade de implementação de uma agenda de reformas e a consolidação de um ambiente de incerteza política, influenciada pelo debate eleitoral, podem gerar impactos desfavoráveis sobre o nível de risco país e, conseqüentemente, a taxa de câmbio. Pelo lado externo, os canais possíveis de pressão inflacionária são: uma eventual mudança no cenário internacional, atualmente favorável, que também poderia gerar uma depreciação cambial; e uma apreciação maior do que a prevista para as commodities metálicas (aço) e energéticas (petróleo)”, avaliou.



22/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

**Responsável por agenda microeconômica de Temer quer elevar competição para baratear crédito**



O secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda, João Manoel Pinho de Mello, em seu gabinete - Pedro Ladeira/Folhapress

Nomeado secretário de Produtividade do Ministério da Fazenda, o economista João Manoel Pinho de Mello, 44, conduz agenda alçada à prioridade pelos aliados do presidente Michel Temer, após a derrocada da reforma da Previdência.

Um de seus objetivos é estimular a concorrência para ampliar o acesso a crédito mais barato, mas sem intervenções, como ocorreu no governo Dilma Rousseff (PT). A ex-presidente obrigou os bancos públicos a baixar juros para forçar a queda das taxas no mercado privado.

"Não adianta forçar a mão e tentar criar competição artificialmente. Tentamos em 2012 e não deu certo."

Mello, no entanto, disse que a agenda da eficiência depende da aprovação de mudanças nas regras previdenciárias e lamenta a postergação da reforma. "Sem a reforma o efeito das medidas pode ficar prejudicado."

**Folha - Não é ambicioso pensar em produtividade num governo que tem poucos meses?**

**João Manoel Pinho de Mello** - O ministro [Henrique Meirelles] criou uma nova secretaria voltada à produtividade para aumentar a chance de que seja uma agenda que vá sobreviver a esta administração e a este governo.

Se olharmos o que ocorreu nos últimos 30 ou 40 anos, veremos que aumentaram a quantidade de máquinas, a escolaridade e o número de trabalhadores.

No entanto, a renda per capita do brasileiro ainda é 25% a do americano, a mesma diferença dos anos 1980. Deveria ter diminuído e não diminuiu, porque a produtividade caiu.

**Qual será o resultado disso?**

Se crescermos como nos últimos 30 anos, não alcançaremos a renda per capita do Chile. Mas, se nas próximas três décadas conseguirmos aumentar em um ponto percentual o crescimento médio, poderemos entregar a renda per capita da Espanha.

**Como avançar?**

Temos a ganhar com alguma realocação entre os setores [incentivando o crescimento de setores mais produtivos, como a indústria], mas o principal ganho é aumentar a produtividade para todos. E isso embasa nossa estratégia de intervenção horizontal.

A reforma trabalhista é um exemplo. Claro que beneficia uns setores mais que outros, mas é uma agenda para todos. Outra parte dessa agenda é como alocar melhor o capital, que é o objetivo das reformas no mercado de crédito.



Nosso diagnóstico é que temos um problema de baixa produtividade em todos os setores e que se agravou ao longo do tempo.

### **Vai atacar a concentração bancária para reduzir o juro?**

Temos uma agenda pró-concorrência no mercado de crédito. Um exemplo é o cadastro positivo. Hoje, um banco tem muito mais informação sobre o seu cliente do que uma fintech [empresa de tecnologia no setor financeiro], que está tentando entrar no mercado.

O cadastro positivo uniformiza a informação, o que aumenta a competição [pelos clientes] e barateia o crédito. Nos países em que foi aplicado, houve uma redução de 30% nos juros das linhas mais importantes. Aqui a velocidade depende da implementação [o projeto está na Câmara dos Deputados].

Outra medida, e esta já foi aprovada, é a possibilidade de diferenciação de preços para pagamento à vista ou parcelado e para meios diferentes (em dinheiro ou cartão).

### **Isso já existia.**

Mas não havia segurança jurídica. E por que fazer isso? Os lojistas reclamam que as taxas que pagam para as empresas de cartão de crédito são altas. Uma maneira de disciplinar isso é permitir que o lojista dê desconto no pagamento em dinheiro. Com isso, a empresa de cartão tem menos poder de impor preço.

A duplicata eletrônica é outra medida. Uma fábrica compra do fornecedor e recebe uma duplicata [título de dívida], que vai revender no mercado para antecipar o dinheiro. Agora a duplicata poderá ser registrada de maneira mais visível e barata. Com mais segurança, o spread [custo do financiamento] cai.

### **Qual o efeito?**

Podemos estar falando de dezenas de bilhões de reais de economia de juros.

### **O pagamento à vista é suficiente para desconcentrar o mercado de cartões?**

Há outras questões a serem atacadas no mercado de aquisição [maquininhas] e na emissão de cartões de crédito. Mas o fato de poder dar desconto no pagamento à vista já ajuda muito.

Precisamos criar condições para a competição agir. Não adianta forçar a mão e tentar criar competição artificialmente. Tentamos em 2012 e não deu certo.

### **O governo está comprometido? Estão travadas a revisão da lei de recuperação judicial e o distrato no mercado imobiliário.**

A nova lei de recuperação judicial é um tema complexo, com várias dimensões --a sucessão tributária, a capacidade de os credores apresentarem planos durante o processo. Não é surpreendente que a gente tenha um cuidado particular. Por isso, parece atrasado.

Já sobre o distrato, é importante dar segurança jurídica nos contratos [entre compradores e incorporadoras/construtoras]. Como é um tema conflituoso, o melhor é que a proposta saia do próprio Legislativo. Aí a gente subsidia uma solução que proteja os dois lados.

### **Há uma meta?**

A meta é ter uma taxa de juros e spreads em linha com as de países comparáveis ao Brasil. Em algumas linhas de crédito, isso significa reduzir pela metade. Em nove meses não dá tempo, mas vamos deixar um legado.

Dadas as distorções da economia brasileira, não é possível construir condições para o crescimento sustentado nem em 18 meses. É preciso uma agenda contínua durante muitos anos.

### **Como reduzir os juros do cartão de crédito?**

Antes da minha chegada ao governo, o Banco Central já tinha tomado medidas importantes [para a redução dos juros], como [o limite de rolagem da dívida] no rotativo.

Outra questão são as taxas cobradas dos lojistas. O Banco Central já tomou medidas para dar acesso a mais empresas no mercado de adquirência [maquininhas]. As taxas [para os lojistas] ainda são altas se comparadas com outros países, mas já estão caindo. O que estamos estudando é se há medidas adicionais.

### **Dá para entregar resultados no curto prazo?**

Difícil. Existem vários ângulos nesse mercado --o desconto dos recebíveis [adiantamento ao lojista], a bandeira, a rede etc. Se você mexe em um, não é claro o que ocorre em outros.

O prazo, por exemplo. O Brasil chegou a esse sistema em que o [lojista leva muito tempo para receber](#). Boa parte desse prazo está com o consumidor, não está com o banco nem com o adquirente [donos das maquininhas]. Basta contar quantos dias demora entre a compra e o pagamento da fatura. Isso ocorre em outros países, mas os lojistas recebem imediatamente.

### **Então vocês estudam mexer no prazo para o consumidor?**

É uma das pontas mais delicadas. Há ganhos em outros lugares.

### **E no parcelamento sem juros?**

O parcelamento sem juros não chega a ser uma jabuticaba. Tem em outros lugares, no Chile, na Argentina. É um sistema que pode ter seus problemas, mas é uma forma de o lojista dar crédito diretamente. Isso tem implicações de costume do brasileiro. Mas há estudos.

### **O consumo não cairia?**

Há um problema a ser atacado aí, mas com calma, levando em conta que pode haver esse efeito. O que não pode é intervenção açodada.

### **O sr. resiste à pressão da indústria automotiva, que quer manter incentivos fiscais para se modernizar [está em negociação um novo programa para o setor, chamado [Rota 2030](#)]. Afinal, haverá política para o setor?**

Não somos dogmaticamente contra. Incentivos podem fazer sentido em alguns casos. O que a gente precisa é aumentar a produtividade, e isso às vezes se confunde com competitividade. Você pode ganhar competitividade fechando o mercado, mas as empresas não ficam necessariamente mais produtivas. Haverá política para o setor, mas que ajude a indústria a ser produtiva. E, com isso, ela será mais competitiva, nessa ordem.

A experiência pregressa de choque de competição foi muito positiva na abertura [comercial] dos anos 1990, ajudou a diminuir a taxa de pobreza. A gente precisa se preocupar porque algumas pessoas perdem emprego no meio do caminho. Também precisa viabilizar politicamente e não ter recaídas populistas, como consequência de aberturas açodadas. Mas o caminho é a abertura.

### **Qual o ganho dessa agenda micro?**

Há estudos falando de um ponto percentual. É uma estimativa baixa. Acho que dá para ganhar 1,5 ponto percentual com essa agenda micro para crescer por até 30 anos acima do que crescemos nos últimos 30 anos.

## **Essas medidas podem substituir a reforma da Previdência?**

A reforma da Previdência é insubstituível do ponto de vista fiscal. As reformas microeconômicas vão trazer crescimento, mas com o macro desarrumado, o efeito das medidas pode ficar prejudicado.

### **RAIO-X**

#### **Cargo**

Secretário de Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda

#### **Formação**

Graduação em administração pública pela FGV; mestrado em economia pela PUC-Rio e doutorado em economia pela Universidade de Stanford

#### **Atuação**

Professor-assistente (2004-2010) e associado (2010-2013) do Departamento de Economia da PUC-Rio; professor titular do Insper (2013-2017); fellow na Harvard Kennedy School of Government; professor visitante no David Rockefeller Center for Latin American Studies, na Universidade Harvard (2016-2017)

## **Congresso investe em pautas sobre microeconomia e segurança pública**

22/02/2018 – Fonte: DCI

Sem a votação da reforma da Previdência, há espaços para a agenda do Legislativo ser tomada por medidas que apontem a retomada do desenvolvimento econômico e o combate à violência



Governo depende do Congresso para aprovar propostas prioritárias, como a decreto de intervenção

A pauta original da Câmara e do Senado no início deste ano, com propostas de ajuste fiscal e contenção de despesas, dará espaço à propostas de estímulo à microeconomia e na área de segurança pública.

Sem a reforma da Previdência, há campo para aprovar tais medidas em razão da disposição dos parlamentares de agradarem suas bases com projetos de apelo eleitoral e voltadas à retomada do desenvolvimento econômico e combate à violência.

De acordo com o analista político do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Marcos Verlaine, a alteração no conjunto de prioridades do governo, após a retirada de pauta da reforma da Previdência, está adequada à nova estratégia político-eleitoral lançada em ano de eleição presidencial.

“É uma tentativa do governo de sair de uma agenda negativa e partir para uma positiva, do ponto de vista de uma parcela grande dos eleitores, para entrar de vez na corrida eleitoral. Vários outros Estados estão com problemas piores do que os do Rio de Janeiro, principalmente no Nordeste, mas o Rio tem a questão da visibilidade”, explicou ao **DCI**.

Segundo Verlaine, com essa reviravolta de prioridades, o presidente Michel Temer teria uma chance grande de assumir, por exemplo, parte considerável do eleitorado que pretende votar no deputado federal e pré-candidato Jair Bolsonaro (PSC-RJ).

### **Microeconomia**

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), decidiu priorizar uma série de projetos voltados à melhoria do ambiente e de apoio aos pequenos negócios. Após pressão da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, o emedebista marcou para 6/3 a votação da derrubada do veto presidente ao Refis (programa de parcelamento de débitos).

A matéria seria votada anteontem (20), na sessão conjunta da Câmara e do Senado, que apreciou vetos presidenciais. Foi reagendada, segundo Eunício, a pedido de Temer, que solicitou mais prazo para encontrar uma solução alternativa e não ficar exposta a crime de responsabilidade fiscal.

O Senado quer recuperar terreno porque o vai e vem da votação da reforma da Previdência atrapalhou os planos de Eunício e do senador Armando Monteiro (PTB-PE) no sentido de aprovar uma agenda positiva para a retomada do desenvolvimento econômico.

Entre os projetos apresentados pelo Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 475/2017-Complementar, que propõe critérios para isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre as exportações de serviços para o exterior.

Já outro projeto pretende tornar a verificação de regularidade do contribuinte mais objetiva e simples. Ele dispõe que devem ser levados em consideração pelo Fisco apenas os fatos existentes na data do pedido de emissão de certidão negativa e torna a certidão negativa válida por seis meses, desde a data de sua emissão.

Por fim, o PLS 478/2017 altera a cobrança extrajudicial de dívidas previstas em contratos com cláusula de alienação fiduciária de bens móveis, tais como financiamentos de veículos e contratos de leasing. Já foi aprovada proposta que alterou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que restringe a aplicação do regime de substituição tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Na próxima semana, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vai anunciar um pacote de medidas sobre segurança pública. Maia deixou claro que não aceita intromissão na pauta da Casa nem gostou de ter ficado de fora da decisão sobre a intervenção na sua base eleitoral.

"Pode deixar que a gente sabe o que fazer. Por exemplo, tem aqui a discussão da segurança pública, estamos tocando isso. Cada um na sua", reclamou Maia. Ele discorda da ideia do Planalto de criar um novo imposto para custear gastos da segurança pública.

### **Eletobras**

Por causa da troca de prioridades, pelo menos 3 das 15 propostas elencadas como de preferência pelo governo foram solenemente rejeitadas pela base aliada porque afugentam votos, como a privatização do sistema Eletrobrás. As outras são repudiadas porque representam aumento de tributos: a reoneração da folha de pagamento e a simplificação do PIS/Cofins com aumento de alíquotas ao setor de serviços.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), descartou a ideia apresentada na terça-feira ao **DCI** por um dos vice-líderes do governo na Câmara, o deputado Darcísio Perondi (MDB-RS), de que a reforma da Previdência será feita pontualmente

por meio de projetos de leis ordinárias e complementares. "A reforma da Previdência não será feita em contas-gotas", disse Jucá.

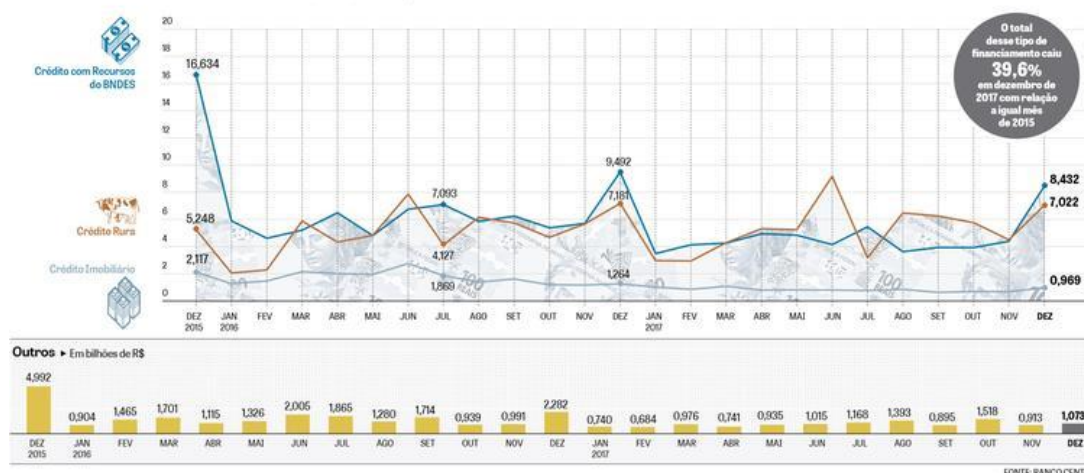
## Ausência de linhas específicas limitará crédito direcionado

22/02/2018 – Fonte: DCI

A menor atuação do BNDES, os juros ainda altos e a continuidade da restrição bancária são obstáculos para maiores avanços nos empréstimos corporativos; mercado de capitais é principal opção

### DESTINO ESPECÍFICO

Concessões de empréstimos direcionados para pessoas jurídicas - Em bilhões de R\$



Mesmo com a melhora dos indicadores, os principais setores da economia terão dificuldades no acesso ao crédito neste ano. Com escassez de linhas específicas, restrição bancária e juro alto, mercado de capitais será principal opção para captação de recursos.

Os últimos dados do Banco Central (BC) apontam que o total de concessões de recursos direcionados no ano passado ficou em R\$ 17,497 bilhões. O número corresponde a uma queda de 13,4% em relação ao observado no ano anterior (R\$ 20,219 bilhões) e é 39,6% menor do que o valor observado em 2015 (R\$ 28,990 bilhões).

"O crédito direcionado depende de duas coisas: disponibilidade de linhas e a relação oferta e demanda", explica o economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) Nicola Tingas e pondera que ambas ainda mostram dificuldades.

"A primeira teve uma retração muito forte nos últimos anos impulsionada principalmente pelo BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] e a segunda ainda está desproporcional", afirma.

As concessões do banco de fomento totalizaram R\$ 8,432 bilhões no ano passado, valor 11,1% menor do que o registrado em 2016 (R\$ 9,492 bilhões) e 49,3% inferior ao observado em 2015 (R\$ 16,634 bilhões).

O movimento acontece, inclusive, dentre setores que demonstraram bom desempenho na crise, como o agronegócio. O crédito rural atingiu R\$ 7,022 bilhões em 2017, recuo de 0,2% ante os R\$ 7,181 bilhões de 2016.

De acordo com a assessora técnica da comissão nacional de política agrícola da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), Fernanda Schwantes, com os empréstimos da safra 2017/2018 já estabelecidos, a expectativa para o ano agrícola 2018/2019 – que começa em julho – ainda é de dificuldade no acesso ao crédito.

“O que foi disponibilizado pelas instituições financeiras está praticamente estável, mas o montante já não é suficiente para cobrir os custos de produção. Isso ainda é uma tendência para este ano”, avalia a executiva.

Em comércio e serviços, por sua vez, a falta de linhas específicas somadas à menor exposição dos bancos no segmento corporativo também deve ter impactos negativos, principalmente para micro e pequenas empresas.

Para o assessor econômico da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FecomercioSP) Fabio Pina, mesmo que a recuperação da atividade econômica traga riscos menores de inadimplência e possíveis reduções de juros, o endividamento nos pequenos negócios ainda é grande.

“A demanda é sempre maior do que a oferta e a dificuldade em gerir dívidas dessas companhias atrapalha a capacidade de apresentar garantias. Veremos, sim, um desempenho melhor do crédito em 2018, mas para as empresas de pequeno porte, as condições, mesmo melhores, ainda serão ruins”, comenta Pina.

Com a melhora do consumo e o baixo patamar da taxa básica de juros (Selic), porém, ele calcula que maiores demandas devem vir de segmentos específicos, como o setor imobiliário e o de bens duráveis, no próprio varejo.

Segundo o BC, os financiamentos para imóveis registraram queda de 23,3%, saindo de R\$ 1,264 bilhão em 2016 para R\$ 969 milhões em 2017.

Já a modalidade “outros”, que abrange operações não passíveis de classificação pela autoridade monetária – e que corresponde pelas demais demandas de recursos direcionados – caiu 62% na mesma relação, de R\$ 2,282 bilhões para R\$ 1,073 bilhão.

Assim, segundo o gerente executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Flávio Castelo Branco, mesmo que o problema conjuntural do País tenha sido “em parte, superado”, as dificuldades estruturais do mercado de crédito precisam de atenção.

“Muitas empresas sofreram com o crédito escasso e a deterioração financeira interna. Já vemos alguma melhora acontecendo, mas a inexistência de linhas de financiamento e o alto custo do capital ainda são um problema para a grande maioria das empresas”, completa.

### **Alternativas**

Da outra ponta, os especialistas consultados pelo DCI refletem na necessidade de alternativas para a captação de recursos por parte das empresas.

“Na parte de agronegócio, trabalhamos com as autoridades responsáveis para melhorar a regulamentação dos títulos do agronegócio”, diz Schwantes, reiterando que o setor precisa de um “planejamento de médio e longo prazo” para “trazer maior garantia aos produtos”.

Já para Castelo Branco, da CNI, o mercado de capitais do País ainda é “muito incipiente” e o mercado já trabalha para criar novas opções.

“Mesmo com prazos e custos mais adequados, os títulos privados ainda têm dificuldade do ponto de vista de legislação, tributação e até em relação ao mercado secundário”, afirma o especialista, destacando que os pequenos negócios, por exemplo, continuariam sem dinheiro, já que têm acesso restrito ao mercado de capitais.

“Uma alternativa, por exemplo, seria o próprio BNDES lançar títulos e captar recursos para abrir novas linhas de financiamento para essas empresas. É uma boa opção e nós já estamos discutindo a possibilidade de isso acontecer.”



## **Bancos voltam a dar crédito a pequenas e médias empresas, mesmo com risco de inadimplência alta**

22/02/2018 – Fonte: G1

### ***Segmento foi destaque no balanço dos três maiores bancos que já divulgaram resultado do 4º trimestre de 2017.***

Ávidos para acelerar os resultados com crédito na esteira da economia que sai da recessão, os bancos brasileiros retomaram com força a concessão de empréstimos para pequenas e médias empresas, ampliando um movimento que já vinha acontecendo no financiamento ao consumo.

O segmento foi destaque de crescimento dos três maiores bancos privados listados em bolsa no país no quarto trimestre, tendo a maior alta sequencial em pelo menos quatro anos no Santander Brasil e no Itaú Unibanco e o primeiro avanço no Bradesco em cinco trimestres.

O Banco do Brasil, que divulga seus resultados do período na quinta-feira (22), também deve apresentar expansão nos empréstimos para empresas menores, segundo fontes da indústria financeira.

O movimento representa uma forte mudança de postura dos bancos e parece ousado demais, se levar em conta que 4,937 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes no fim de 2017, um recorde segundo a Serasa Experian.

Nos últimos anos, antes mesmo da forte recessão que atingiu o país em 2015 e 2016, as empresas de menor porte lideraram o repique nos índices de inadimplência dos bancos, que passaram a pedir mais garantias antes de rolar dívidas ou conceder novos empréstimos.

Dada a característica desse mercado, em que as linhas como capital de giro e antecipação de recebíveis na maior parte das vezes não oferecem garantias, os credores fecharam as torneiras para o setor, preferindo se focar nas linhas com seguras, como os créditos consignado e imobiliário para pessoas físicas.

Porém, com a economia se recuperando nos últimos meses e a taxa básica de juros caindo a mínimas históricas, os grandes entenderam que têm folga para aumentar o apetite por risco.

"Os níveis de inadimplência caíram para um nível que os bancos entenderam que têm uma folga para correr mais riscos", disse um executivo de um grande banco à Reuters. "Mesmo que a inadimplência suba um pouco, se as margens compensarem, a relação risco/retorno vale a pena", acrescentou a fonte, que pediu anonimato.

A leitura dos bancos é de que, com a economia em recuperação, a nova safra de crédito deve vir com melhor qualidade. Na realidade, isto já está acontecendo. Os índices antecedentes de inadimplência foram unânimes nesta direção.

No Santander o índice de inadimplência do setor até 90 dias caiu 0,6 ponto percentual na passagem do terceiro para o quarto trimestre. No Bradesco, esse indicador atingiu o piso em pelo menos quatro anos. No Itaú, o NPL formation, também uma prévia da deterioração futura, caiu pelo quinto trimestre seguido, para o menor nível em dois anos.

Esse movimento de alguma forma ajuda a explicar a expansão recente dessa carteira, chamada no jargão do mercado de PME. De setembro a dezembro, a carteira de pequena e média empresa cresceu 4,1% no Santander Brasil, 4,6% no Itaú Unibanco

e 1,5% no Bradesco. Pela indicação dos próprios credores, essa tendência deve se prolongar neste ano.

Junto com as linhas para pessoas físicas, "as de pequenas e médias empresas devem liderar o crescimento do crédito do Itaú Unibanco em 2018, disse o presidente-executivo do banco, Candido Bracher, ao comentar os resultados do quarto trimestre.

### **Concorrência**

Outro componente que pode ajudar a explicar a reviravolta dos bancos em relação ao setor é a ainda sutil, mas crescente concorrência de outras fontes de financiamento. Com as portas praticamente fechadas nos grandes bancos, microempreendedores, comerciantes e donos de pequenos negócios que vão de manufatura a prestação de serviços têm buscado refúgio em instituições como fintechs e outras empresas especializadas no chamado peer to peer (P2P), que faz intermediação entre tomadores e concessionários de recursos.

Empreendedores de fintechs de crédito, como Banco Inter, Creditas e Geru, inicialmente criadas para atender o varejo, dizem que pelo menos 30% de operações de valores maiores, de dezenas, centenas ou mesmo milhão de reais, são tomados por pessoas físicas para sanear negócios próprios.

"Têm desde gente tomando crédito para reformar clínica odontológica e para abrir padarias", diz Sergio Furio, fundador e presidente da Creditas, especializada em crédito com garantia.

Em paralelo, instituições especializadas no P2P têm crescido rapidamente. A SRM, gestora de FIDCs especializada em linhas como capital de giro para empresas com faturamento entre R\$ 50 milhões e R\$ 3,5 bilhões por ano, fez cerca de R\$ 6 bilhões em empréstimos no ano passado.

"Para este ano, a meta é fazer R\$ 10 bilhões", diz o fundador e presidente da SRM, Marcos Rafael Mansur.

## **Senado aprova projeto para simplificar emissão de certidão negativa de débitos tributários**

22/02/2018 – Fonte: G1

***Proposta estabelece validade de seis meses para o documento. Texto segue para análise da Câmara dos Deputados.***

O Senado aprovou por unanimidade, nesta quarta-feira (21), um projeto que tem o objetivo de simplificar a emissão de certidão negativa de débitos tributários. O texto segue para a análise da Câmara dos Deputados.

O objetivo da proposta, segundo o relator Armando Monteiro (PTB-PE), é diminuir a burocracia e reduzir custos administrativos e jurídicos que podem reduzir a competitividade das empresas.

A certidão negativa de débitos atesta a regularidade do contribuinte e é exigida em várias situações, como para a participação em concorrências e licitações públicas e para obter financiamento em bancos oficiais.

O projeto estabelece que a verificação de regularidade do contribuinte será feita a partir dos fatos existentes no dia da requisição da certidão negativa.

Atualmente, no dia do pedido de emissão de certidão negativa, a empresa pode estar em dia com as suas obrigações, mas, até a emissão, podem acontecer falhas na situação, o que inviabiliza a emissão.

O projeto também estabelece um prazo de seis meses de validade para a certidão. Hoje, não existe esse padrão.

O senador Reguffe (sem partido-DF) declarou voto favorável à proposta e afirmou que o Brasil precisa de "desburocratização".

"Para se incentivar o empreendedorismo, incentivar as pessoas a empreender e a gerar emprego e renda neste país, nós precisamos simplificar, desburocratizar e também reduzir a carga tributária, porque a do Brasil é a maior dos BRICS [grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia e China]", disse.

### **Comissão aprova MP que prorroga prazo para adesão a refinanciamento de dívidas tributárias rurais**

22/02/2018 – Fonte: G1

***Pelo texto, prazo para inscrição no programa de parcelamento de débitos passará de 28 de fevereiro para 30 de abril. Texto segue para os plenários da Câmara e do Senado.***

A comissão mista do Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (21) a medida provisória (MP) que prorroga o prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR).

O relatório aprovado, apresentado pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), estende o prazo de inscrição de 28 de fevereiro para 30 de abril deste ano.

Com a aprovação da proposta na comissão (formada por deputados e senadores), a medida segue para análise dos plenários da Câmara e do Senado.

Os parlamentares têm até o próximo dia 8 de março para aprovar o texto. Se isso não acontecer, a prorrogação de prazo de adesão ao PRR perderá a validade.

#### ***O programa***

Também conhecido como Refis do Funrural, o programa foi lançado no ano passado, por outra medida provisória. A proposta abrange dívidas relativas à contribuição social dos trabalhadores rurais.

A contribuição incide sobre a receita bruta da comercialização da produção e é paga pelos empregadores para ajudar a custear a aposentadoria dos trabalhadores.

Pelo texto, aprovado pelo Congresso no último mês de dezembro, poderão ser quitados os débitos vencidos até 30 de agosto de 2017. Inicialmente, o prazo limite para adesão era 28 de fevereiro de 2018, modificado pela MP aprovada pela comissão nesta quarta.

Pelo programa, o produtor rural que optar pela adesão terá de pagar **2,5% da dívida** consolidada em até duas parcelas iguais, mensais e sucessivas. O restante poderá ser parcelado em **até 176 prestações**, com desconto nos juros.

Inicialmente, o programa previa desconto de 100% em multas e encargos provenientes das dívidas. No entanto, ao sancionar o projeto, o presidente Michel Temer vetou esse trecho, argumentando que o desconto desrespeitaria os produtores rurais que pagaram as contribuições no prazo correto.

Parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária pretendem derrubar esse veto, durante análise pelo Congresso Nacional.

"O meu voto vai ser pela derrubada de todos os vetos relacionados à medida provisória [que instituiu o PRR] e estaremos conversando com a bancada do PMDB e fazendo gestão junto ao governo federal para que possamos derrubar esses vetos, sensibilizando o presidente e com a anuência do governo federal", declarou Simone Tebet.

## **Varejo e private somam R\$ 2,66 trilhões em 2017, revela Anbima**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O segmento de varejo e private no Brasil encerrou o ano passado com um volume de R\$ 2,66 trilhões, aumento de 11,2% em relação ao visto um ano antes, de acordo com dados divulgados nesta quarta-feira, 21, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Com a taxa básica de juros pela primeira vez em 6,75%, a tendência é de busca por investimentos de maior risco, visto que os produtos de renda fixa perderam parte do apelo com a Selic mais baixa.

Considerando apenas o segmento de varejo, dos R\$ 1,69 trilhão ao final do ano passado, alta anual de 9,5%, R\$ 664,2 bilhões estavam na poupança – aumento de 8,8% ante 2016 -, enquanto a proporção de títulos e valores mobiliários caiu 7,4%, para R\$ 492,1 bilhões. A maior expansão foi a fatia dos fundos de investimento, de 32,8% de um ano para o outro, a R\$ 538 bilhões no final de 2017.

Segundo o presidente do comitê de varejo da Anbima, José Rocha, o aumento do ritmo da queda de juros já vem sendo demonstrado pelo avanço dos investimentos em fundos. Segundo ele, há maior procura nos fundos ativos, como multimercados e de renda variável. "Isso já mostra mais maturidade do investidor do varejo e isso deve continuar", disse, em teleconferência com jornalistas.

Rocha destaca que o aumento dos volumes direcionados para a poupança também demonstra melhora da economia. "A poupança é muito forte no varejo tradicional. É o seu porto seguro e grande parte não vai abrir mão, mesmo com rentabilidade menor", diz.

Já presidente do comitê de private banking da entidade, João Albino, aponta que para este ano a projeção é de otimismo para o setor. Os investimentos em previdência aberta, destaque no segmento Private em 2016 e 2017 – crescimento de 27,6% no ano passado -, deverão seguir como carro-chefe, destaca.

"Hoje, a performance de Previdência melhorou muito com a flexibilização de regras. A oferta de produtos é grande e existe o apelo fiscal e tributário", afirma, destacando que enxerga muito espaço para crescimento.

Ainda no segmento private, uma tendência é um alongamento da carteira. Para isso o cliente deverá abrir mão de parte da liquidez de seu portfólio.

Albino destaca que, entre os clientes do Private, outra mudança foi o aumento do crédito tomado, que subiu 11,8% no ano passado.

O executivo frisou que os juros em níveis baixos têm atraído os clientes a preservarem sua liquidez e buscarem crédito a taxas atrativas junto aos bancos. Albino avalia que o crescimento do crédito deve se concentrar em fiança e no imobiliário.

## Números

O volume do varejo tradicional e de alta renda somou, no ano passado, R\$ 1,694 trilhão, segundo dados da Anbima. Já o segmento private, incluindo previdência, chegou em R\$ 964 bilhões em 2017. O número de contas do varejo tradicional e alta renda encerrou o ano com 73,6 mil contas e o private, com 117 mil.

Sem incluir previdência, o volume total somou R\$ 2,56 trilhões no ano passado, aumento de 11,2% ante o visto um ano antes.

A Anbima aponta ainda que o número de contas do varejo tradicional voltou a apresentar crescimento, de 5,8%, ante uma queda de 4,2% em 2016 ante 2015.

Em private, o volume cresceu 15,9% em relação a 2016. É notória ainda a maior diversidade das aplicações. Enquanto no varejo parte relevante estava na poupança, no private esse investimento representava, no final do ano passado, 0,7% do total. Renda variável estava com a fatia de 15,1%, 28% em ativos de renda fixa, 10% em previdência e 46,3% em fundos de investimento.

## **Marun: governo reconhece que pauta é decisão dos presidentes do Senado e Câmara**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB), fez nesta quarta-feira, 21, um "mea-culpa" pela forma como o Palácio do Planalto anunciou o pacote de 15 medidas na área econômica para compensar a não votação da reforma da Previdência.

O emedebista também botou panos quentes e disse que qualquer "mal-entendido" entre o governo e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que tenha sido gerado pelo anúncio já foi superado.

"Talvez, e eu sou uma pessoa que sou muito franca, antes de anunciar devêssemos ter trazido aqui e comunicado, mesmo que tivesse havido algumas discussões, alguns contatos, talvez, mas isso já é coisa superada", declarou Marun em entrevista na Câmara, após participar de reunião com líderes da base aliada para discutir a pauta de votações de projetos de interesse do governo. "Reconhecemos e sabemos muito bem que a pauta é uma decisão dos presidentes das casas legislativas", afirmou o ministro.

O emedebista disse que o governo queria apenas enviar uma sugestão de "priorização" de temas que estão em discussão no Congresso Nacional e na sociedade. "Temas esses que entendemos que, se aprovados, melhorariam a economia brasileira", disse.

De acordo com ele, foi com essa intenção que o governo anunciou o pacote de 15 medidas na última segunda-feira, durante coletiva no Planalto. "Está absoluta e completamente encerrado qualquer tipo de, digamos, mal-entendido que tenha acontecido em relação a isso", minimizou.

Em rápida entrevista nessa quarta-feira, o presidente da Câmara afirmou que não está chateado com o governo.

"Não estou chateado. Criticar é outra coisa. A pauta da Câmara quem faz é a Câmara, do Senado quem faz é o senador Eunício. Acho que, sem conversar, a nossa preocupação foi a mesma", declarou Maia que, na terça, fez duras críticas ao pacote, chegando a afirmar que as medidas cheiravam a "café velho e frio, que não atende à sociedade".

Para ele, o Planalto desrespeitou o Legislativo ao querer assumir o protagonismo das propostas.

## **Maia diz que Câmara votará reoneração da folha na próxima semana ou na seguinte**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou na noite desta quarta-feira, 21, em conversa com jornalistas, que deve pautar a votação do projeto da reoneração da folha de pagamento no plenário da Casa para a próxima semana ou para a seguinte. A proposta está sendo analisada em uma comissão especial, onde sequer foi votada.

Como mostrou na terça-feira, 20, o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, o projeto já está pronto para ser votado. Presidente da comissão especial que analisa a matéria, o deputado Renato Molling (PP-RS) disse o parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) manterá a desoneração para mais setores do que os previstos originalmente pelo governo, reduzindo o efeito fiscal da medida para pouco mais da metade do estimado no texto original.

Considerada uma das principais medidas de impacto fiscal, assim como a reoneração, a Medida Provisória (MP) que adia o reajuste para servidores públicos não poderá ser votada na Câmara, de acordo com Maia. Isso porque, lembrou o presidente da Casa, a proposta sequer pode tramitar, após ter seus efeitos suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

## **Reforma da Previdência não está sepultada, mas suspensa, diz Meirelles**

22/02/2018 – Fonte: G1

***Ministro da Fazenda disse em entrevista à Rádio Bandeirantes que votação das mudanças na aposentadoria voltará a ser prioridade após fim da intervenção federal no Rio de Janeiro.***

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quarta-feira (21) em entrevista à Rádio Bandeirantes que o governo não desistiu de mudar as regras da aposentadoria. Perguntado se a votação da reforma da Previdência está "sepultada", Meirelles respondeu que "sepultada, não. Está suspensa até que seja encerrada a intervenção (federal no Rio de Janeiro), que é assunto prioritário e fundamental, não poderia ser adiado".

Segundo o ministro, o assunto permanece na pauta do governo. "Acredito que resolvida essa questão da intervenção, (a reforma) passa imediatamente a ser prioritária", emendou.

O governo do presidente Michel Temer anunciou na segunda-feira (19) que não vai votar a Reforma da Previdência neste ano. O motivo é que a lei brasileira proíbe a aprovação de emendas à Constituição enquanto a intervenção estiver em vigor, o que está previsto para durar até 31 de dezembro. Em contrapartida, foi apresentada uma lista de 15 projetos que ganharão prioridade, na tentativa de equilibrar as contas públicas. Grande parte deles já tramita.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que essa nova pauta econômica é um "desrespeito" ao Congresso e um "abuso". Sobre as críticas, Meirelles voltou a declarar que o Congresso é "soberano" para decidir o que vota ou não e disse que há "um mal-entendido".

"Acho que há um mal-entendido, (a lista) não é uma relação de ideias de novos projetos, é algo que analisa e prioriza os diversos projetos de lei que já estão em tramitação no Congresso", afirmou. "Não é coisa de que nunca se ouviu falar, nada disso."



### ***Projeto de lei***

Meirelles também descartou a possibilidade de apresentar a reforma da Previdência por projeto de lei. A alternativa chegou a ser cogitada por integrantes do governo, mas foi rechaçada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

"Acredito que se nós tivéssemos chegado a conclusão de que não haveria voto suficiente e tivéssemos abandonado a ideia de propor (a reforma da Previdência) neste governo, aí sim poderia justificar plano B ou C", disse Meirelles.

### ***Intervenção no Rio***

Meirelles afirmou que a intervenção federal no estado do Rio foi "absolutamente necessária" e tomada no momento certo. "A situação do Rio de Janeiro estava, sim, saindo de controle. Não é aceitável que crianças passem a ser cada vez mais atingidas por bala perdida", afirmou.

O ministro reforçou que as forças armadas até o momento não solicitaram recursos adicionais para a segurança no estado.

Ele também destacou medidas do plano de recuperação fiscal do Rio, como um empréstimo de R\$ 2,8 bilhão tomado pelo estado junto a um banco estrangeiro, com garantias do Tesouro Nacional. Segundo o ministro, um outro financiamento no valor de R\$ 1 bilhão com garantias atreladas a receita de petróleo está em andamento e deve ser "resolvido" ainda nesta semana.

### ***Aumento de impostos***

Meirelles descartou aumento de impostos em 2018, mas alertou que caso a reforma da Previdência não seja aprovada, serão necessários "aumentos brutais" de impostos no país. "Este ano não haverá aumento de impostos. Agora, no futuro, se não houver reforma da Previdência, aí será necessário, sim", disse.

Ele também se posicionou contra a volta da cobrança da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). "No momento não há necessidade. A CPMF é um imposto distribuído para todas as classes sociais e pune principalmente aqueles de renda menor."

### ***Candidatura à presidência***

Questionado sobre se será ou não candidato à Presidência da República, Meirelles repetiu que está "100% focado no trabalho de conduzir a economia brasileira".

"Evidentemente, iniciando-se o mês de abril, como determina a lei eleitoral, vamos decidir se pensamos em outro projeto, como por exemplo uma candidatura", afirmou.

O ministro disse que tomará a decisão no momento certo e que, primeiro, precisa analisar os próximos indicadores econômicos e, depois, as questões políticas e de composições partidárias.

### ***Os 15 projetos prioritários para o governo***

- Reforma do PIS/Cofins e a simplificação tributária
- Autonomia do Banco Central
- Marco legal de licitações e contratos
- Nova lei de finanças públicas
- Regulamentação do teto remuneratório
- Privatização da Eletrobras
- Reforço das agências reguladoras
- Depósitos voluntários no Banco Central
- Redução da desoneração da folha
- Programa de recuperação e melhoria empresarial das estatais
- Cadastro positivo
- Duplicata eletrônica

- Distrato
- Atualização da Lei Geral de Telecomunicações
- Extinção do Fundo Soberano

## **Para economistas, 'duplo mandato' do BC é retrocesso**

22/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A possibilidade de o Banco Central passar a perseguir dois objetivos – o controle da inflação e o crescimento econômico – é vista como um retrocesso por ex-presidentes e ex-diretores da instituição. Para eles, a introdução do chamado “duplo mandato” para o BC pode levar ao descontrole da inflação e até a questionamentos na Justiça sobre os juros no País.

No projeto de autonomia do Banco Central, que está sendo formulado pelo governo, uma das propostas é a de que a instituição passe a fazer política monetária com os olhos no controle de preços e também no crescimento econômico ou na geração de empregos. Atualmente, o BC tem o foco voltado apenas para os preços, sendo que sua ferramenta para controle da inflação é a Selic (a taxa básica de juros), hoje em 6,75% ao ano.

O modelo estudado no governo é semelhante ao adotado nos Estados Unidos, onde o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) determina sua taxa de juros de modo a controlar a inflação e, ao mesmo tempo, criar postos de trabalho.

Para o economista Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central e diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas (FGV), essa ideia “não faz o menor sentido para uma economia como a brasileira”.

“Em economias estabilizadas, com uma longa tradição de inflação baixa, você até pode se dar ao luxo de ter dois objetivos. Mas mesmo nos Estados Unidos o duplo mandato tem sido objeto de discussões, o que traz insegurança ao mercado e afeta as expectativas de inflação”, disse.

### **Único**

Os Estados Unidos estão sozinhos no modelo de duplo mandato. As demais economias centrais e os países emergentes com economias relevantes possuem regra semelhante à adotada hoje no Brasil, em que o BC mira apenas a inflação. A lógica econômica por trás disso é a de que, com os preços sob controle, garante-se um crescimento sustentável ao longo do tempo.

“Cumprindo bem sua função, de controle da inflação, o Banco Central acaba permitindo que se tenha um crescimento sustentável”, defendeu o ex-presidente do BC e sócio da Tendências Consultoria Integrada, Gustavo Loyola. “Impor ao BC uma obrigatoriedade de ter um ‘olho no peixe e outro no gato’ pode enfraquecer o controle da inflação, que é a tarefa precípua dos bancos centrais. O crescimento da economia depende de vários outros fatores, e não só do Banco Central.”

Loyola cita ainda o risco de com o duplo mandato as decisões do Banco Central sobre a Selic acabarem indo parar no Supremo Tribunal Federal (STF). “No Brasil, existe um excesso de judicialização.

Imagine que o BC, com mandato duplo, esteja fazendo determinada política e que um partido ou o Ministério Público ache que ele controla a inflação, mas não gera emprego”, exemplificou Loyola.

“Então, o partido vai procurar o STF dizendo que o Banco Central não está cumprindo seu objetivo. De repente, teremos ministros do Supremo tendo de decidir se o BC deve baixar ou subir os juros. Seria uma insanidade.”

## **'Burrice'**

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, o economista Alexandre Schwartzman, da Schwartzman e Associados, qualifica a ideia do governo de estabelecer duplo mandato para o BC como uma "burrice atroz". "Se forem estabelecidos dois objetivos (inflação e crescimento), o que o BC fará, já que ele tem um instrumento (a Selic)? Isso pode causar vários problemas."

Para o economista Luis Eduardo Assis, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, a ideia de autonomia é importante, para blindar a instituição de influências externas. A autonomia permitiria "formalizar uma situação que já existe de fato: a de independência do Banco Central". Já o duplo mandato é criticado pelo economista. "Há coisas mais importantes para o governo tratar."

## **Brasil tem 117 mil milionários, com R\$ 964 bilhões aplicados, diz Anbima**

22/02/2018 – Fonte: G1

### ***Número de clientes com mais de R\$ 1 milhão investidos aumentou 4,8% em 2017, um acréscimo de 5.385 contas.***

Os brasileiros de alta renda - aqueles com pelo menos R\$ 1 milhão em aplicações financeiras e atendidos especificamente pelo canal de private banking - somaram 117.421 clientes em 2017 e fecharam o ano passado com R\$ 964 bilhões investidos no país, segundo divulgou nesta quarta-feira (21) a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O número representa um acréscimo de 4,8% ou de mais de 5 mil contas na comparação com 2016, quando o Brasil somou 112.036 milionários com R\$ 831,6 bilhões em aplicações.

O total de R\$ 964 bilhões investidos por esses milionários em 2017 representa 36% de todo o investimento de pessoas físicas no Brasil, que totalizou R\$ 2,658 trilhões em dezembro do ano passado, segundo a Anbima, que consolida os investimentos das 73,7 milhões de contas dos segmentos de varejo e de private banking das instituições do país.

Entre os instrumentos, destaque ao aumento das aplicações em fundos multimercados (24,4%), em ativos de renda variável (38,8%) e em previdência aberta (27,6%). Apenas a carteira de ativos de renda fixa teve queda em 2017, por conta da menor alocação em títulos bancários (-24%) e em ativos com lastro imobiliário (-3%).

Segundo a Anbima, ao final de 2017, 46,3% dos ativos geridos pelo private banking estavam aplicados em fundos de investimento, com destaque para os fundos de ação, que tiveram crescimento de 117,1%. A participação das aplicações em ativos de renda fixa caiu para 28%, ante 33,8% no ano anterior, refletindo a menor atratividade da taxa de juros. Na sequência, renda variável ficou com 15,1% das aplicações e previdência privada com 10%.

O estado de São Paulo concentra o número de contas de brasileiros de alta renda, com 58.746 clientes, seguido por Rio de Janeiro (17.787).

## **Renda dos mais ricos cresceu acima da inflação durante a crise**

22/02/2018 – Fonte: Bem Paraná

Em meio à crise dos últimos anos, a renda do segmento mais rico da população brasileira aumentou pelo menos mais de 2%, descontada a inflação do período, entre 2014 e 2016, mostram cálculos feitos pelo economista Sérgio Gobetti, do Ipea

(Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Os chamados "super ricos" são aqueles que ganham acima de 160 salários mínimos por mês. Já a renda média dos contribuintes como um todo se reduziu em 3,3% no mesmo período, segundo o economista, que realizou as contas com base em dados da Receita Federal.

De acordo com Gobetti, os dados ainda são preliminares, mas os números são um sinal de que a concentração de renda pode ter crescido durante o período de crise. "Para ter uma medida do Índice de Gini [indicador que mede a desigualdade de renda] é necessário olhar a Pnad [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios].

Independentemente disso, já é possível destacar que a renda dos muito ricos cresceu acima da inflação em uma época em que o PIB e a renda nacional caíram", disse. Outro sintoma de que isso pode ter acontecido, de acordo com ele, é o fato de que a renda com aplicação financeira e lucros e dividendos aumentou em termos reais, enquanto os rendimentos tributáveis, como salários, caíram mais de 5% no período.

**ALÍQUOTA MENOR** Os dados também mostram que os contribuintes mais ricos pagaram uma alíquota efetiva de IR (que leva em conta o imposto pago e a renda total) menor do que os contribuintes em geral. Essa alíquota efetiva foi de 6% para esse grupo, enquanto a dos contribuintes que mais pagaram impostos, ou seja, que ganham entre 30 e 40 salários por mês, foi o dobro. Isso acontece, segundo Gobetti, porque dois terços da renda dos mais ricos é isenta, já que provêm principalmente de lucros e dividendos.

"Os lucros e dividendos podem ser afetados pela crise, mas a distribuição permaneceu estável no período", diz o economista. No Brasil, o lucro é tributado apenas quando é gerado. As empresas pagam uma alíquota total de 34% sobre ele, e o restante, se for distribuído na forma de dividendos, é isento de imposto.

Em outros países, a tributação é dividida: as empresas recolhem parte do imposto e a outra parte quem recolhe é o indivíduo que recebe o lucro na forma de dividendos. Na OCDE, órgão que reúne 35 países, só a Estônia não tributa o lucro embolsado por indivíduos. A alíquota média do imposto sobre o lucro é de 24% nas empresas e 24% no dividendo, mas a tendência é elevar a tributação de indivíduos e reduzir a das empresas.

### **Desoneração permanece para dez setores**

22/02/2018 – Fonte: Bem Paraná

Na disputa para impor uma pauta, o governo começa perdendo a queda de braço para o Congresso, ao menos quando o assunto é a reversão da desoneração da folha de pagamento, uma das poucas medidas do pacote econômico recém-anunciado a ter efeito direto no Orçamento.

O projeto deve sair do Congresso com um número maior de setores poupados do que o inicialmente previsto e efeito fiscal bastante incerto. No projeto original, o governo mantinha o benefício para alguns setores, como o de comunicação, construção civil e transporte de passageiros (subdividido em metrô, rodovias e ferrovias). A expectativa é que isso fosse preservado pelo Congresso.

Além dos setores originalmente poupados, no entanto, a reportagem apurou que, nas negociações com os parlamentares devem ser mantidos no regime que reduz os custos da folha de salários pelo menos mais sete setores: telemarketing, confecção, calçados, transporte de cargas, moveleiro, máquinas e equipamentos e aviação.

O relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), fala em um número mais amplo: mais dez setores serão mantidos na regra atual, segundo Silva. Ele não diz quais são eles. "O que dá para assegurar é que o governo já sabe que o projeto não

sai da comissão como entrou". Silva admite que alguns dos setores incluídos na regra, que teve início em 2011, não são intensivos em mão de obra, mas podem receber tratamento tributário diferenciado para estimular a atividade econômica.

Os parlamentares, diz o relator, levaram em conta não só o uso intensivo de mão de obra, como também a forte concorrência com produtos importados. Consideraram ainda setores que agregam tecnologia e são estratégicos para a economia, além daqueles que poderiam até mesmo deixar o país sem esse tipo de estímulo fiscal.

O relator garante que, mesmo com uma cara diferente, o projeto sai em breve. "Posso dizer que esse item da pauta é café morno", diz Silva, em referência a declaração do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que qualificou as 15 medidas econômicas do governo como "café frio".

Silva acha que é possível votar o projeto na comissão especial que analisa o tema até março, liberando o texto para ser avaliado no plenário da Câmara, no máximo, entre março e abril. Procurado, o ministério da Fazenda disse por meio de sua assessoria que, como o projeto de lei de reoneração da folha tramita no Congresso e está sujeito a alterações, não vai se manifestar sobre a questão neste momento.

A política de desoneração da folha de pagamento foi desenhada no governo de Dilma Rousseff para favorecer a contratação de mão de obra. Especialistas dizem, no entanto, que a regra resultou em custos fiscais elevados, sem a garantia de que tenha favorecido o emprego.

Em seu auge, em 2015, a renúncia fiscal do governo chegou a R\$ 25,2 bilhões. O dado mais recente, que compreende de janeiro a julho de 2017, mostra que o governo deixou de arrecadar R\$ 7 bilhões. A ideia é que, com o fim dessa política, as empresas favorecidas voltem a calcular as contribuições devidas à Previdência de acordo com a folha de salários, e não mais conforme o faturamento.

É possível, no entanto, que além do perder a briga com relação ao número de setores que devem ser mantidos na regra antiga, o governo também deve conseguir bem menos do que deseja em termos de recursos e ainda corre o risco de obter algum resultado apenas em 2019.

A regra de desoneração da folha tinha cinco setores originalmente, grupo que hoje passa de 50. O atual governo tentou reverter a desoneração com medida provisória, que o Congresso ia deixar caducar e acabou revogada.

## **INSS tem novo simulador de aposentadoria**

22/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

### ***Serviço calcula automaticamente o tempo total de contribuição***



Segurados do INSS em posto na zona oeste de São Paulo - Rivaldo Gomes/Folhapress  
O trabalhador que quer saber quanto tempo ainda falta para poder se aposentar tem uma nova ferramenta para ajudar nesse planejamento. O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) disponibilizou nesta quarta (21), no seu portal de serviços, um simulador que calcula automaticamente o tempo total de contribuição dos segurados.

A nova simulação é feita no Meu INSS ([meu.inss.gov.br](http://meu.inss.gov.br)) e considera os períodos de trabalho já reconhecidos no cadastro do órgão. Diferentemente do simulador antigo, não é mais necessário informar data de entrada e saída de todos os empregos para fazer o cálculo do tempo de serviço. O sistema puxa automaticamente os dados do Cnis (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

Além de calcular exatamente qual é o tempo de contribuição e a idade do segurado, a ferramenta também mostra quanto falta para a aposentadoria com desconto do fator previdenciário e pela regra 85/95, que garante o benefício integral.

Nesse último caso, o simulador só considera a exigência atual, de 85 pontos, para as mulheres, e 95, para os homens. Ou seja, o sistema não calcula automaticamente a progressão da regra, cuja soma da idade com o tempo de contribuição começa a subir no fim deste ano, para 86 e 96 pontos, respectivamente.

O trabalhador também deve estar atento aos períodos de recolhimento que estão sendo utilizados nessa simulação automática, que é bem próxima ao cálculo do órgão na concessão da aposentadoria. Se algum emprego ou contribuição não aparecer no simulador, significa que o segurado terá que se preparar para comprová-lo quando for pedir o benefício. O INSS diz que a simulação é só primeiro indício do direito.

## **MEIRELLES**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, indicou nesta quarta que o governo não tentará aprovar pontos da reforma da Previdência por meio de projetos de lei ou outras alternativas, acrescentando ainda que não haverá alta de impostos neste ano.

"Não me parecem justificáveis soluções alternativas [para a reforma da Previdência]", disse o ministro, em entrevista à rádio Bandeirantes.

O governo adiou a tentativa de aprovar a reforma da Previdência via PEC após a intervenção no Rio.

## **Bovespa sobe e bate recorde de fechamento pelo 2º dia seguido**

22/02/2018 – Fonte: G1

***Ibovespa subiu pelo 6º pregão consecutivo, com valorização de 0,29%, a 86.051 pontos.***

O principal índice da bolsa paulista fechou em alta pelo sexto pregão seguido nesta quarta-feira (21), indo acima dos 87 mil pontos pela primeira vez na história mais cedo. A alta aconteceu em meio à repercussão da divulgação da ata do Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, que sinalizou que vai continuar subindo gradualmente os juros nos país, ao contrário do que temia o mercado.

O Ibovespa avançou 0,29%, a 86.051 pontos, renovando máxima de fechamento, após atingir mais cedo também a maior cotação histórica intradia, aos 87.358 pontos, destaca a Reuters. [Veja a cotação](#)

O recorde anterior, de 85.803 pontos, foi registrado ontem, dia 20 de fevereiro de 2018. No ano, a bolsa passa a acumular alta de 12,6%. Apesar de engatar o sexto pregão no azul, o índice perdeu fôlego rumo à reta final dos negócios, depois de subir 1,81% na máxima da sessão, conforme o mercado acionário norte-americano enfraqueceu.

O dólar subiu 0,18% e [fechou a R\\$ 3,261 na venda](#).

Integrantes do Comitê de Política Monetária (FOMC) do Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) acreditam que a recente reforma tributária pode estimular a



economia mais do que o previsto no curto prazo, segundo a ata divulgada nesta quarta-feira (21).

Isso significa que novas altas das taxas de juros devem ser necessárias, de acordo com os registros da reunião de 30 e 31 de janeiro.

"Por enquanto ficam só três altas mesmo, eles não falaram que seriam mais do que três e o mercado acabou lendo isso como bom, apesar de reforçarem que a economia está crescendo", disse à Reuters o diretor-geral da Fator Administração de Recursos, Paulo Gala.

Somado ao alívio com o documento, agentes de mercado citam o fluxo externo e interno de investidores para a bolsa local como motivo para manutenção do tom positivo, diante da perspectiva de retomada da recuperação econômica.

### ***Destaques***

Eletrobras PNB subiu 1,3% e Eletrobras ON teve alta de 2,05%, em dia de forte volatilidade diante das expectativas em torno do processo de privatização da estatal. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou nesta quarta-feira ter dito que não há votos necessários para aprovar a privatização da empresa neste ano, após notícia de que ele teria feito a afirmação sobre falta de votos em uma reunião na manhã desta quarta-feira.

Itaú Unibanco PN avançou 1,32% e ajudou a sustentar o Ibovespa no azul devido a seu peso na composição do índice. O dia também foi positivo para as ações dos demais bancos que compõem o índice: Bradesco PN subiu 0,53%, Santander Unit ganhou 1,21% e Banco do Brasil ON teve alta de 0,78 por cento.

Petrobras PN fechou em queda de 0,93% e Petrobras ON recuou 1,11%, em dia de fraqueza para os preços do petróleo no mercado internacional.

## **Lucro do Banco do Brasil cresce 37% em 2017 e atinge R\$ 11 bilhões**

22/02/2018 – Fonte: G1

***O bom desempenho do banco em 2017 foi puxado pelo aumento das receitas com tarifas bancárias, redução de gastos administrativos e também das provisões para evitar eventuais calote.***

O Banco do Brasil lucrou R\$ 11 bilhões em 2017, um resultado 37% acima do registrado em 2016, quando o banco lucrou R\$ 8 bilhões.

*(Correção: O G1 errou ao informar que o lucro do BB em 2017 era de R\$ 8 bilhões. Esse é o valor do lucro em 2016. A informação foi corrigida às 8h50).*

O bom desempenho do banco em 2017 foi puxado pelo aumento das receitas com tarifas bancárias, redução de gastos administrativos e também das provisões para evitar eventuais calotes, informou o banco em sua análise de desempenho.

As receitas do BB somaram R\$ 95,818 bilhões em 2017, uma alta de 0,5% sobre o resultado de 2016.

### ***Mais ganhos com tarifas***

As receitas do banco com tarifas cresceram 9% em 2017, para R\$ 23,794 bilhões.

"Esse movimento foi resultado dos esforços de aumento do relacionamento com os clientes e da qualificação das contas correntes com maior uso de produtos e serviços, com especial atenção à estratégia de intensificação do canal digital como instrumento para proporcionar mais comodidade para nossos clientes", disse o banco.

## **Glencore festeja resultado anual mais forte após alta nas commodities**

22/02/2018 – Fonte: DCI

O presidente-executivo da Glencore, Ivan Glasenberg, festejou os resultados do grupo como os "mais fortes já registrados" nesta quarta-feira, impulsionados por uma recuperação nos mercados de commodities.

Ele disse ainda que tinha os ativos para atender à demanda futura, inclusive de veículos elétricos.

Em linha com outras mineradoras que estão reportando resultados neste mês, Glasenberg disse que havia "pressões inflacionárias emergentes", mas que tinham sido compensadas até agora pelos fortes preços dos subprodutos, como cobalto, e a Glencore foi capaz de conter os custos.

As ações da Glencore subiam cerca de 4 por cento.

Após superar seus rivais no ano passado, o preço da ação da Glencore caiu em 2018, abalado por preocupações sobre instabilidade na República Democrática do Congo, onde a empresa possui importantes operações.

A trading e mineradora registrou lucro total ajustado para o ano inteiro de 14,76 bilhões de dólares.

O negócio de trading da Glencore subiu 3 por cento para superar 3 bilhões de dólares pela primeira vez desde 2008. A empresa disse em dezembro que seu Ebit (lucro antes de taxas e juros) de 2017 ficaria acima de 2,8 bilhões de dólares.

## **Produção brasileira de aço bruto soma 2,9 milhões de toneladas em janeiro de 2018, diz IABR**

22/02/2018 – Fonte: Inda

A produção brasileira de aço bruto foi de 2,9 milhões de toneladas em janeiro de 2018, o que representa um aumento de 1,3% quando comparada com o ocorrido no mesmo mês de 2017. Em relação aos laminados, a produção de 1,9 milhão de toneladas equivale a um acréscimo de 6,3% comparativamente ao mesmo período de 2017.

De acordo com números divulgados pelo Instituto de Aço Brasil (IABR), o consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em janeiro de 2018 foi de 1,6 milhão de toneladas. Comparando com o mesmo mês do ano anterior, o crescimento foi de 12,7%.

As vendas internas foram de 1,4 milhão de toneladas, expansão de 14,2% frente a janeiro de 2017.

Importações — As importações cresceram 3,8% em janeiro de 2018, comparativamente ao mesmo mês do ano anterior, totalizando 217 mil toneladas. Esse volume resultou em US\$ 241 milhões de importações, uma alta de 39,3% na mesma base de comparação.

Exportações — As exportações atingiram 1,4 milhão de toneladas e valor de US\$ 795 milhões em janeiro de 2018. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, houve expansão de 6,9% em volume e de 41,2% em valor.

Produção Mundial — O Brasil produziu 34,365 milhões de toneladas de aço bruto em 2017, aumento de 9,9% ante 2016, e detém a liderança no 'ranking' de produtores siderúrgicos da América Latina. O México fica em segundo, com 19,947 milhões de

toneladas e expansão de 6% sobre o ano anterior. A China é o país com maior produção global: 831,730 milhões de toneladas em 2017, aumento de 5,7% ante 2016.

### **Depois de três anos, Usiminas volta a pagar dividendos**

22/02/2018 – Fonte: Inda

Passados três anos desde seu último pagamento de dividendos a seus acionistas, a Usiminas terminou 2017 no azul e voltou ao grupo das distribuidoras de proventos. O valor de R\$ 55,3 milhões que será pago no início deste ano, referente ao exercício de 2017, ainda está aquém do montante já visto no passado, mas já marca o fim do período de crise da companhia que quase a levou a enfrentar uma recuperação judicial.

No ano passado, a siderúrgica mineira reverteu o prejuízo de R\$ 577 milhões, registrado em 2016, para um lucro líquido de R\$ 315 milhões. Já a receita líquida da companhia subiu 27%, para R\$ 10,734 bilhões.

Além de deixar a crise financeira para trás, em 2018 a Usiminas entrou também comemorando um acordo há muito tempo esperado entre as sócias controladoras da siderúrgica, Ternium e Nippon Steel, firmado no início de fevereiro, encerrando uma das maiores disputas societárias já vistas no Brasil e que colocou a Usiminas em pé de guerra.

E o panorama à vista se mostra otimista. As projeções para o setor do aço que estão na mesa, ao menos até aqui, mostram um cenário de melhora, com números para cima. As estimativas apontam para maior consumo de aço no Brasil, o que deve garantir melhores margens para as siderúrgicas. Se confirmado, a tendência, segundo analistas, é de melhores resultados e aumento gradual dos dividendos.

### **Produção siderúrgica brasileira tem expansão em janeiro**

22/02/2018 – Fonte: Inda

A produção brasileira de aço bruto totalizou 2,9 milhões de toneladas em janeiro deste ano, com expansão de 1,3% em relação a igual mês de 2017, com destaque para Rio de Janeiro e Minas Gerais, que responderam por 910 mil toneladas e 909 mil toneladas produzidas, respectivamente.

Já a produção de laminados somou 1,9 milhão de toneladas, aumento de 6,3% comparativamente ao mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados hoje (20) pelo Instituto Aço Brasil (IABr).

O consumo aparente nacional de produtos siderúrgicos em janeiro de 2018 foi de 1,6 milhão de toneladas, crescimento de 12,7% sobre o mesmo mês de 2017. As vendas no mercado doméstico alcançaram 1,4 milhão de toneladas, com incremento de 14,2% sobre janeiro de 2017.

#### **Mercado externo**

As exportações siderúrgicas brasileiras atingiram 1,4 milhão de toneladas e valor de US\$ 795 milhões em janeiro de 2018, revelando ampliação de 6,9% em volume e de 41,2% em valor, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Já as importações totalizaram 217 mil toneladas, evolução de 3,8% frente a janeiro de 2018. Em termos de valor, as compras no exterior alcançaram total de US\$ 241 milhões, alta de 39,3% na mesma base de comparação.

## Siderurgia mundial

Em todo o ano passado, o Brasil produziu 34,365 milhões de toneladas de aço bruto, aumento de 9,9% sobre 2016, liderando o 'ranking' de produtores siderúrgicos da América Latina. Em segundo lugar, aparece o México, com 19,947 milhões de toneladas e expansão de 6% sobre o ano anterior. Em termos globais, entretanto, a liderança absoluta continua sendo exercida pela China, que produziu 831,730 milhões de toneladas em 2017, revelando incremento de 5,7% sobre 2016.